



ACÓRDÃO Nº 229/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1507/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno- SEMEF.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Ulisses Tapajós Neto – Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD-MA.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5463/2016-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.648/649).
- 8- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Recursos Supervisionados pela SEMEF. Exercício de 2014.

Regularidade com Ressalvas. Determinação. Notificação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Ulisses Tapajós Neto**, responsável pelos Recursos Supervisionados pela SEMEF, exercício 2014;
- 9.2. **Determinar** ao Ilmo. Sr. Secretário da SEMEF, **Dr. Ulisses Tapajós Neto** que:
 - 9.2.1. Observe, com maior rigor, as determinações da Lei Municipal n.º 1.890/2014, em especial os requisitos para repasse da subvenção econômica às empresas concessionárias de transporte público-coletivo tais como débitos tributários ou não junto ao Município de Manaus e regularidade de FGTS antes de efetuar o repasse em questão;
 - 9.2.2. Acompanhe, com mais afinco, a execução contratual junto às concessionárias de transporte público-coletivo, a fim de



ACÓRDÃO Nº 229/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

evitar que a Administração Pública seja responsabilizada de maneira subsidiária, em caso de não recolhimento das parcelas de FGTS consoante orientação da Súmula n.º 331 – TST;

9.2.3. Mantenha na sede da SEMEF documentação hábil a comprovar o cumprimento das normas estabelecidas na Lei Municipal n.º 1.854/2014, referentes ao repasse de cessão de royalties ao Fundo de Previdência – MANAUSPREV;

9.3. Notificar o Ilmo. Sr. Secretário da SEMEF, **Dr. Ulisses Tapajós Neto**, sobre o desfecho atribuído a estes autos.

10- Ata: 7ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

12.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em substituição

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral